

O HEMISFÉRIO SUL E O EQUILÍBRIO DO PODER

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA VERTENTE DO ÍNDICO

Brigadeiro Oswaldo Terra de Faria

I — INTRODUÇÃO

A importância do hemisfério sul no equilíbrio do poder mundial vem crescendo dia-a-dia, na medida em que as relações Leste-Oeste, predominantemente vinculadas a interesses político-estratégicos, passaram a ser fortemente influenciadas pelo contraste Norte-Sul, de caráter nitidamente político-econômico. Os sucessivos apelos do Sul por uma nova ordem econômica mais equitativa e mais humana, parecem estar despertando o Norte para uma gritante realidade. No espectro triangular Leste-Oeste-Sul de interdependência entre os Estados, pode-se argumentar que um Sul, continuamente empobrecido, fatalmente terá repercussões no eixo Leste-Oeste, cuja estabilidade é imprescindível para a sobrevivência da humanidade. Em outras palavras, a evolução para uma ordem mundial estável, passa pela correção dos desequilíbrios dos outros dois eixos do triângulo, Sul-Oeste e Sul-Leste. Em síntese, a vitalidade do Norte, a longo prazo, não pode prescindir de um razoável progresso do Sul, sob pena de se criarem focos de tensão social muito críticos para a paz mundial. O Sul econômico está longe de coincidir com o Sul geográfico, embora este contenha parte apreciável daquele, se considerarmos as porções da América do Sul, África e Oceania, abaixo da linha equatorial. Daí porque, embora presos pelo tema ao Sul geográfico, nossa análise geopolítica fará constantes incursões acima do Equador, por força das peculiaridades da área que nos compete focalizar.

O hemisfério sul, predominantemente líquido, tem um peso geopolítico vinculado, entre outros, a dois fatos muito atuais: em primeiro lugar, o crescente interesse da humanidade em geral e das grandes potências em particular, pelo continente do terceiro milênio — a Antártica, envolvi-

da pelas grandes vertentes dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico; em segundo lugar, o ter-se transformado, no presente e em futuro previsível, na passagem obrigatória da energia que ainda impulsiona o mundo desenvolvido.

II — O ÍNDICO

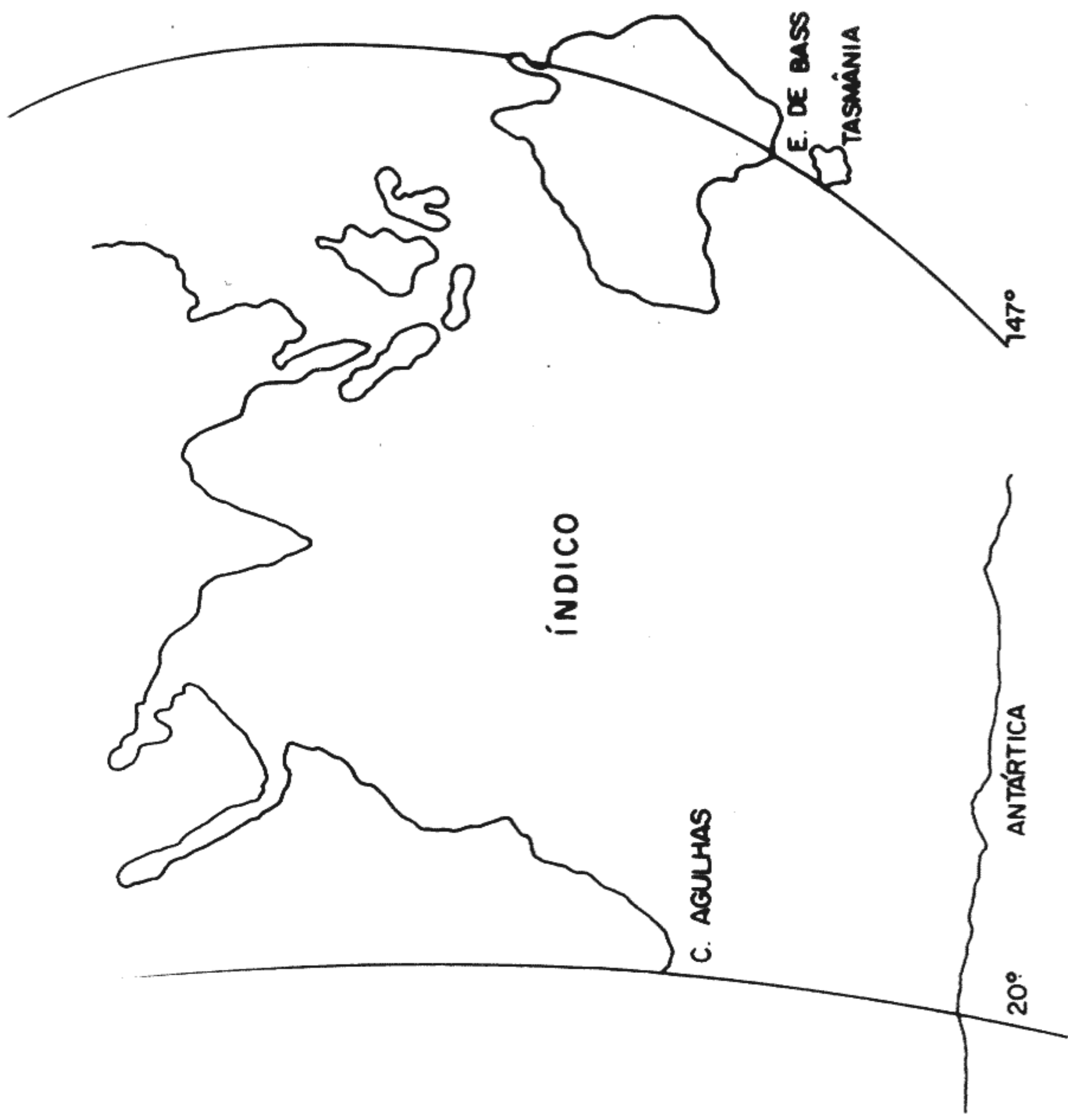
No contexto do hemisfério sul, cabe-me analisar os aspectos geopolíticos da vertente do Índico. Para tanto, é necessário estabelecer desde logo a diferença entre o que é simplesmente Oceano Índico, ou seja, a massa líquida que se espalha por 75 milhões de quilômetros quadrados e o que se entende por área do Oceano Índico.

Os limites da massa líquida seriam assim definidos:

- a linha divisória com o Atlântico pode ser concebida como o meridiano do Cabo Agulhas (20 de longitude leste);
- com o Pacífico, o meridiano do Cabo Sul na Tasmânia (147 de longitude leste), a passagem oeste do Estreito de Bass e a mediana entre o noroeste da Austrália e a península malaia;
- o limite sul, no paralelo de 67 torna contíguas a Zona de Paz do Oceano Índico e a região delimitada pelo Tratado da Antártica;
- o limite norte não necessita de considerações, por estar bem definido.

A área do Oceano Índico inclui não apenas o oceano, mas os seus prolongamentos. No hemisfério sul, menos de dez. No hemisfério norte, a maioria, dentre os quais os retentores das maiores reservas petrolíferas atualmente conhecidas.

No Índico, estão presentes manifestações de poder de caráter local e projeções de poder das superpotências e grandes potências. O poder local, ainda muito incipiente, com as honrosas exceções da África do Sul, da Índia e da Austrália, lutando por maior influência na área. O poder projetado, tanto soviético quanto ocidental, em progressiva ascensão para atender a estratégias vitais para ambos: controle da energia do presente, que o petróleo representa; reserva de insumos do futuro, com ponderável partici-



pação dos recursos do mar.

Tudo isto, no Oceano para o qual se invocou a necessidade de completa desmilitarização ou, na impossibilidade dela, a existência de acordos que assegurassem mútua contenção militar por parte das superpotências. A propósito, um grupo de trabalho americano-soviético chegou até a ser criado em 1977.

Esta preocupação diplomática sucedeu a uma década de grandes transformações políticas, econômicas e militares nesta parte do mundo, onde, paralelamente a um relativo aumento de poder dos Estados ribeirinhos, se concretizou considerável expansão de poder projetado, especialmente aeronaval, por parte dos Estados Unidos, União Soviética e França. Em consequência, a área do Índico adquiriu nova dimensão geopolítica. O envolvimento americano se deu em duas etapas. A primeira, a partir do momento em que os ingleses anunciaram a intenção de se retirarem das posições a leste de Suez. O receio de que esta retirada pudesse criar um vácuo de poder de fácil preenchimento pela União Soviética se agravou a partir da efetivação da presença naval russa em 1968, obrigando os Estados Unidos a uma revisão de sua estratégia. A segunda etapa de envolvimento foi consequência da crescente dependência americana ao petróleo do Golfo Pérsico, além de um leque de objetivos políticos, econômicos e de segurança em relação ao próprio Golfo, ao sul da Ásia e à África.

Receios de outra natureza, de que o Oceano Índico se transformasse num segundo Mediterrâneo, tornando-se palco de outra custosa e potencialmente perigosa competição militar, conduziram a esforços no sentido de que o Índico fosse declarado Zona de Paz, livre da presença e das rivalidades entre as grandes potências, assim como de bases e armamento nuclear.

Aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1971, a resolução intitulada "Declaração do Oceano Índico como Zona de Paz" teve impacto limitado.

Por um lado, os Estados não limítrofes do Índico, inclusive as superpotências, alegam que a Zona de Paz lhes nega o direito legítimo de desdobrar forças em defesa de seus interesses na área.

Por outro lado, os Estados locais, embora aparentemente unânimes em relação ao evento,

não dispõem de poder suficiente para dar suporte a uma Zona de Paz.

Além do mais, há rivalidades potenciais entre muitos deles, sobrando antagonismos que dificilmente os conduzirão a um mínimo de interesses comuns, necessários ao estabelecimento de uma Zona de Paz.

III - QUADRO GEOPOLÍTICO ATUAL

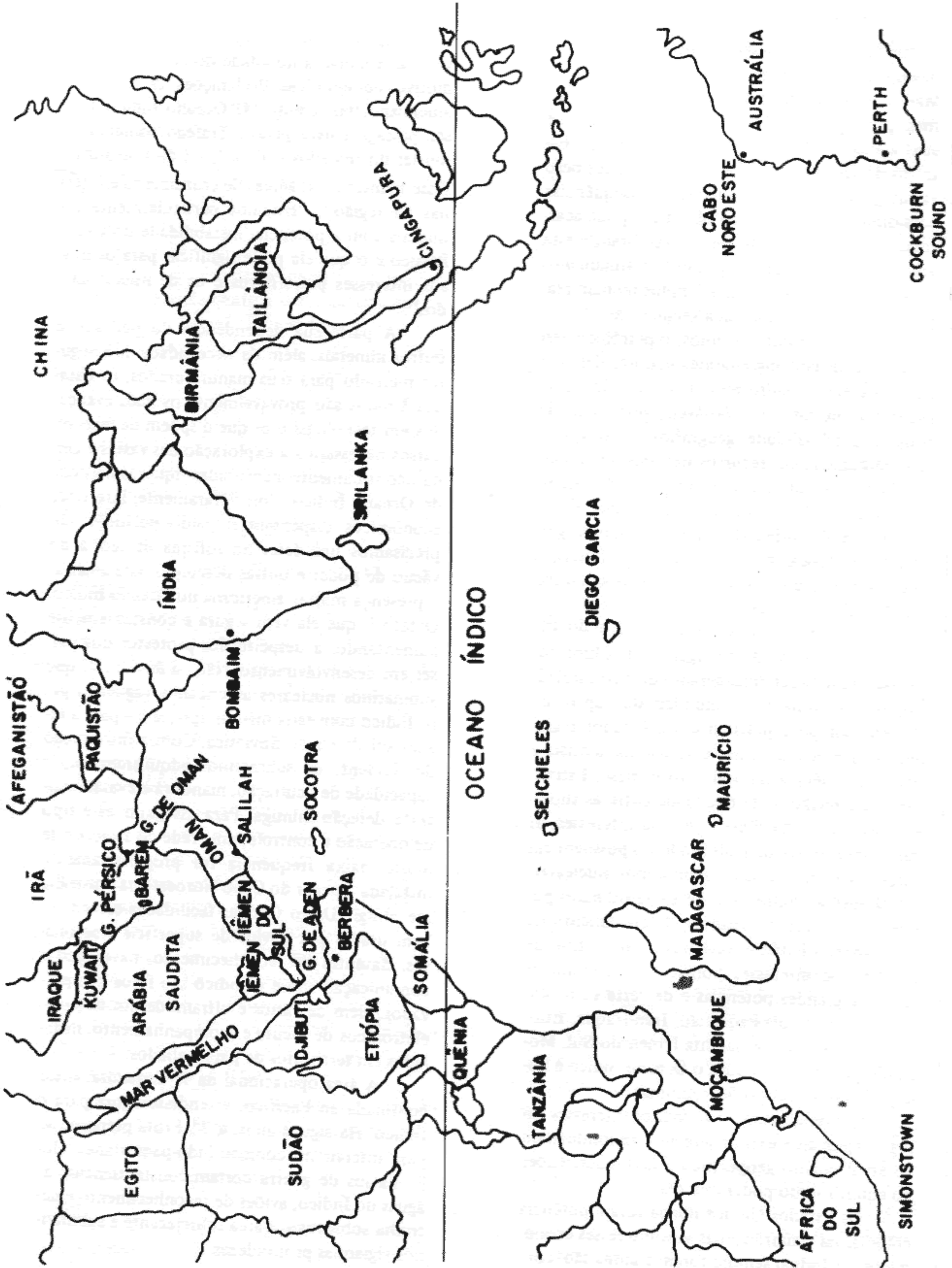
Em que pesem as tentativas de declará-lo "Zona de Paz", a verdade é que o Índico, hoje, se apresenta como potencial "Zona de Conflito", a julgar pelos lances estratégicos que aí se desenvolvem, seja por parte das superpotências, seja por iniciativa dos Estados locais.

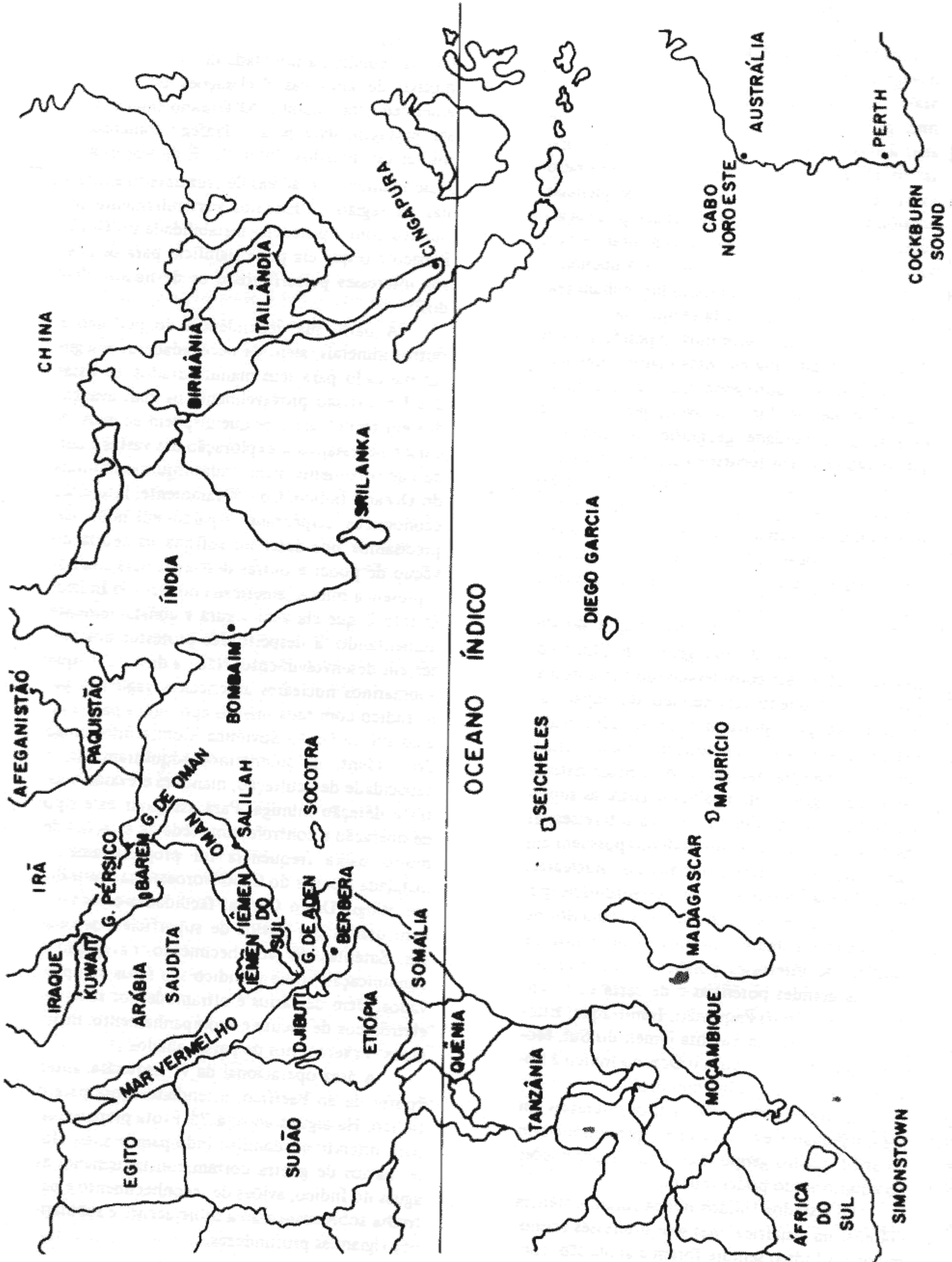
O petróleo que flui (componente econômico) e o controle do fluxo (componente político-militar) são os ingredientes maiores a influenciar políticas e estratégias, em função das quais importantes desdobramentos militares se efetivaram na área, todos segundo critérios geopolíticos, de forma a assegurar o controle sobre as saídas naturais do Índico.

A partir de sua importante base aeronaval de Diego Garcia, os Estados Unidos se esforçam por articular com seus aliados, França e Inglaterra, uma força operacional de rápida intervenção, capaz de atender a qualquer emergência nessa área sensível.

Note-se que, desde 1970 o desdobramento de forças soviéticas, sobretudo navais, se acentuou bastante. Na Etiópia, no Iêmen do Sul, na ilha de Socotra, entre outros, a União Soviética ativou bases ou pontos de apoio muito bem articulados. Americanos e russos buscam o controle das rotas de energia, já que nenhum país ribeirinho tem poder naval suficiente para desempenhar papel decisivo. Nesta busca de controle, as saídas do Índico merecem cuidadosa atenção. Suez e o Mar Vermelho passaram a segundo plano como grande via de escoamento para a Europa e o Atlântico.

Já a rota do Cabo, freqüentada por petroleiros de grande tonelagem, acentuou sobretudo a importância estratégica da África Austral e, conseqüentemente, da África do Sul para os aliados e de Moçambique para os russos, que aí chegaram em 1975 em plena fase de expansão de seu poder naval.





Complementando as facilidades oferecidas pelos países litorâneos que mantêm aliança militar ou laços políticos com os Estados Unidos, existe o enclave de Diego Garcia. O valor estratégico desta Base é diretamente proporcional ao esforço que americanos e ingleses despenderam para implantá-la, através de sucessivas negociações, apoiadas, do lado inglês, por dois gabinetes, um Trabalhista e outro Conservador.

Em 1965, o Secretário das Colônias do Reino Unido anunciou na Câmara dos Comuns a decisão do governo de estabelecer, no Índico, uma Nova Colônia (Território Britânico do Oceano Índico), com a finalidade de aí construir, em condomínio com os Estados Unidos, facilidades militares. A nova colônia teria sua base territorial e populacional formada por três ilhas destacadas do grupo Seycheles (1300 habitantes) mais o arquipélago de Chagos, então dependência das ilhas Maurício (1200 habitantes). O projeto visava ao estabelecimento de uma cadeia de pontos de apoio, verdadeiros núcleos de futuras bases, quando os ingleses se retirassem de Aden, do Golfo Pérsico e de Singapura. O conceito básico de defesa do Índico centrava-se no princípio da concentração de forças nas vizinhanças das zonas de crise, partindo estas forças dos Estados Unidos ou de bases mais próximas.

O projeto da nova colônia não vingou, mas alguns ardis foram utilizados para manter os objetivos de ativar instalações militares. Em 1968, com a intenção britânica de conceder independência às ilhas Maurício, o arquipélago de Chagos, do qual Diego Garcia é o atol mais ao sul, passou a ser administrado diretamente de Londres, cortando-se o seu vínculo de dependência às ilhas Maurício e concedendo-se aos americanos possibilidades de utilização por 50 anos, prorrogáveis por mais 20. Por pressão americana, os habitantes (1200) foram todos removidos para as ilhas Maurício, conseguindo-se assim implantar instalações militares de grande porte, em área totalmente despovoada, livre portanto de futuras pressões políticas nativistas. O valor estratégico de Diego Garcia reside no fato de que a ilha ocupa o vértice de um triângulo isósceles, cuja base se estende da Austrália à África do Sul. Aeronaves operando desta Base podem proteger as rotas comerciais do Golfo Pérsico ao Cabo da Boa Esperança, do

Mar Vermelho ao Estreito de Málaca e da África à Índia. Diego Garcia está situada exatamente no centro geométrico do Oceano Índico, a meio caminho entre os pólos de comunicação americanos da Austrália e do Extremo Oriente, da África e do oeste da Ásia.

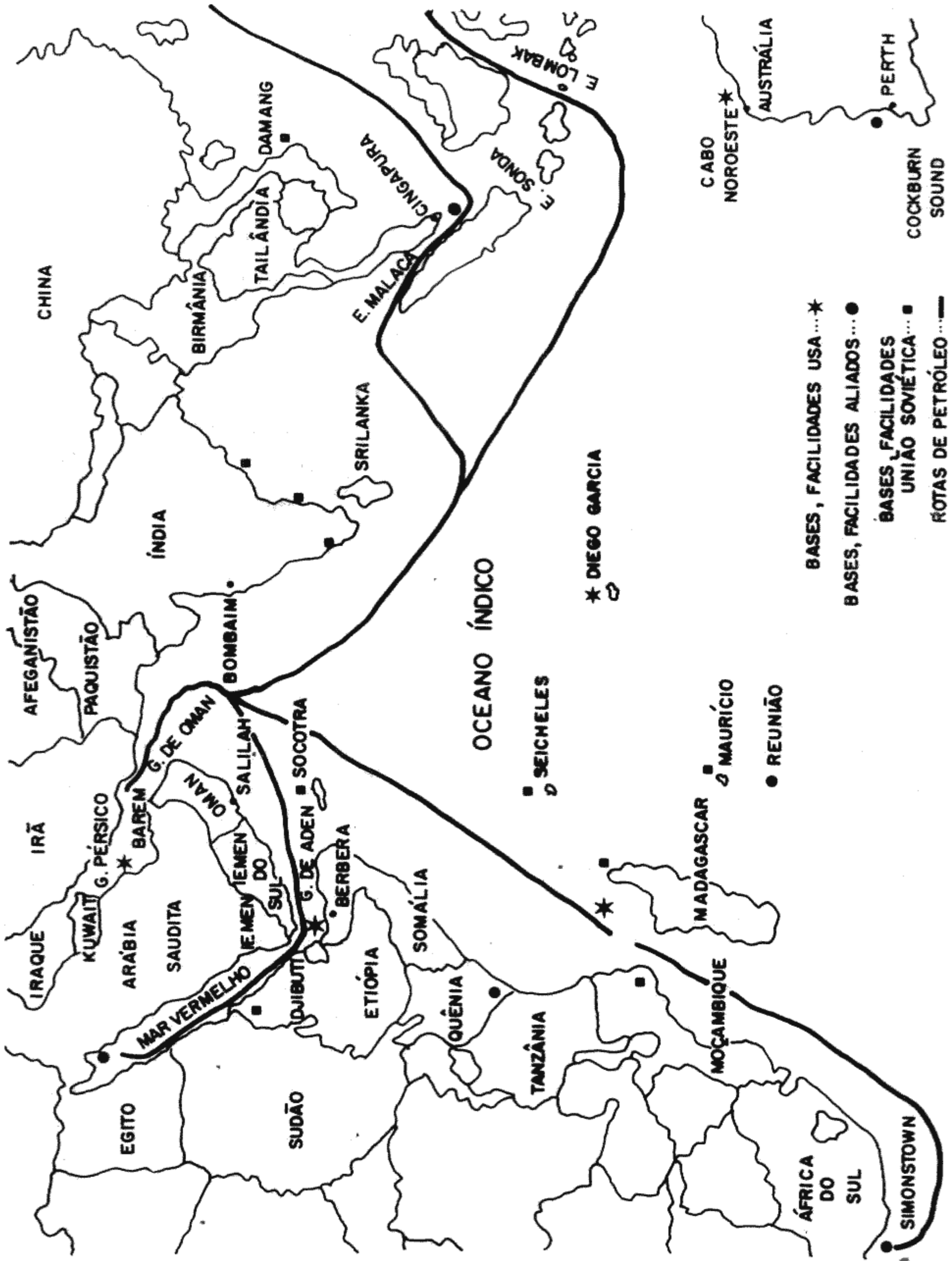
A maioria dos Estados confrontantes do Índico, inclusive as ilhas — Repúblicas, protestaram contra o estabelecimento de bases estrangeiras e a escalada da presença naval. Apenas dois países apoiaram o desdobramento militar americano — África do Sul e Austrália.

A África do Sul jamais endossou o conceito de Zona de Paz. Procurou, de todas as formas, um maior envolvimento dos Estados Unidos em sua base de Simonstown, mas os americanos sempre contra-argumentaram com a melhor posição estratégica de Diego Garcia.

A verdade é que os americanos estão dispostos a permanecer no Índico, fato que repercute desfavoravelmente em vários Estados, apreensivos com as conseqüências políticas desta determinação. A presença naval soviética é apresentada como razão da escalada, mas forçoso é reconhecer que algumas das ameaças e usos do poder na região não guardam relação com aquela presença.

Assim como os Estados Unidos, a União Soviética não foi um poder colonial na Asiáfrica. Desenvolvendo, após a revolução russa, retórica de ataque ao colonialismo, ao racismo e outras formas de exploração, conquistou amigos na região do Índico, aos quais se vinculou, também, através de laços econômicos. Quando Krushev conclamou a nação para competição econômica com os Estados Unidos, ele não estava produzindo uma peça de mera provocação política, mas reconhecendo, entre outras coisas, que amigos não se conquistam apenas com ideologia; daí a ofensiva econômica.

Embora seja muito difundido o mito da auto-suficiência Soviética, a verdade que completa auto-suficiência é hoje em dia ilusória, senão inatingível. A União Soviética necessita de comércio, como qualquer país do mundo, o que aliás ficou claro na sua política de construção naval de pós-guerra, aumentando consideravelmente a tonelagem de sua Marinha Mercante. Embora o seu comércio com os países litorâneos do Índico não possa ser comparado com o do Ocidente e Japão, ele está em segura e cons-



- ★ BASES, FACILIDADES USA...★
- BASES, FACILIDADES ALIADOS...●
- BASES, FACILIDADES UNIÃO SOVIÉTICA...■
- ROTAS DE PETRÓLEO...—

tante expansão.

Observadores ocidentais acreditam que as reservas de óleo do Cáucaso e do Volga estão se aproximando da exaustão e que, enquanto não for ativada a produção siberiana, a União Soviética terá que entrar no comércio petrolífero do Oriente Médio. A consequência imediata é que terá uma rota de energia a proteger. Não há dúvida de que, petróleo à parte, há amplas razões que justificam a aproximação entre a União Soviética e os países confrontantes do Índico.

A primeira delas é a presença na área de submarinos nucleares americanos, com capacidade de ataque à região sul da União Soviética, o que constitui uma tão séria ameaça, que a reação não se fez esperar. Não é conhecido o número de submarinos nucleares russos na área, mas os que lá estão são seguramente do tipo anti-submarino, pois os estratégicos não precisariam frequentar o Índico para atacar os Estados Unidos ou a China.

Já os navios de superfície assinalados ainda não dispõem de apoio aerotático nos termos do existente nas forças-tarefa americanas, o que se traduz em desvantagem na hipótese de confronto, fato sobejamente percebido pelo comando soviético.

O provável objetivo russo, entretanto, não é cobrir o Índico com seus vasos de guerra e sim manter presença naval, capaz de permitir um rápido desdobramento. No caso, o que conta não é o tamanho das forças em antagonismo, mas a perspectiva de confronto entre superpotências. Em outras palavras, a estratégia é de dissuasão. Vale ressaltar, ainda, que o Índico proporciona à União Soviética a única rota de comunicação permanentemente aberta entre seus dois flancos.

As forças navais soviéticas desdobradas no Índico são instrumentos de pressão política e psicológica. Ainda vulneráveis pela ausência de compatível conjugado aeronaval, estão consolidando pontos de apoio para diminuir vulnerabilidade e aumentar flexibilidade de emprego, além de adquirir experiência de operações em águas tropicais, tanto sob o ponto-de-vista humano quanto material. Paralelamente, a intervenção soviética no Afeganistão representa a primeira intervenção militar fora da área do Pacto de Varsóvia e coloca os soviéticos a 500 Km do Índico, acentuando a vulnerabilidade

de um Paquistão antes preocupado apenas com a ameaça indiana. O papel tradicional de Estado-tampão do Afeganistão pertence ao passado e os russos tudo farão para conservar um país que consideram incorporado à sua área geoestratégica.

Para a União Soviética, cujo norte é polar, dispondo de acessos controlados aos mares livres, é indispensável dispor de pontos de apoio ao longo do cinturão peninsular e insular da Ásia. A lógica geopolítica impõe o controle do arco que se estende do subcontinente indiano ao chifre da África.

Quando considerados todos os fatores geoestratégicos, econômicos, políticos e militares, torna-se aparente que a presença russa no Oceano Índico pretende atingir a uma variada gama de objetivos. Pode significar a busca de maior influência comercial, diplomática e militar em área antes completamente dominada pelo Ocidente. Pode pretender melhor capacidade de defesa contra mísseis balísticos submarinos e forças-tarefa operando na área. Pode aspirar maior segurança para suas forças ao rocar meios entre seus flancos extremos. Pode contribuir para contenção do poder chinês e regressão de sua influência na área. Pode, enfim, mostrar determinação de consolidar as posições já conquistadas.

Quaisquer que sejam os objetivos, a presença soviética no Índico é parte da rivalidade entre as superpotências, rivalidade que alguns Estados regionais gostariam de ver banida de suas costas. Entusiastas do conceito de Zona de Paz, aspiram a eliminar do Índico a presença militar das superpotências, o que, em termos políticos, é hipótese ainda muito remota, para não dizer utópica.

O Oceano Índico já foi considerado como um lago inglês. A regressão do poder britânico na área foi muito mais imposição econômica do que deliberada abnegação política. A Inglaterra aí fez, no passado, consideráveis investimentos e até hoje mantém laços comerciais muito ativos com os países da região. Como não pode manter uma poderosa presença naval, apóia integralmente a estratégia americana para o Índico e participa de alianças militares como o CENTO, tomando parte nos exercícios patrocinados por este Tratado, hoje sensivelmente enfraquecido pelas defecções do Iraque e do Iran.

Em síntese, os interesses britânicos no Índico são em grande parte coincidentes com os dos americanos, fato que as manobras políticas para a cessão de Diego Garcia demonstraram de forma clara e evidente, ao terem curso sob dois governos de concepções políticas distintas, um trabalhista e outro conservador.

A França dispõe de bases no Índico, onde mantém permanentemente unidades destacadas de expressivo valor de combate. Dependente do petróleo asiático, de ativo comércio com Estados litorâneos e de trânsito livre em direção aos seus enclaves coloniais na Oceania, onde desenvolve experiências nucleares militares, sua presença naval é garantidora de seus interesses no Índico. Embora com objetivos próprios muito bem definidos, participa com Estados Unidos e Inglaterra da estratégia comum de contenção do poder soviético.

Estados Unidos, União Soviética, Inglaterra e França são símbolos de um poder projetado sobre o Oceano Índico, que começou com os portugueses no século XVI. No passado, para assegurar o comércio das especiarias, quando a ocupação de Constantinopla pelos otomanos cortou as esperanças do ocidente europeu de se valer do antigo caminho. No presente, com um duplo objetivo: primeiro, proteger as rotas de petróleo, energia do século XX e, com certeza, ainda da primeira metade do próximo; segundo, assegurar acesso à exploração futura de riquezas naturais, quando o homem buscar no oceano os recursos que começarem a escassear em terra.

Projeção de poder pressupõe dominância político-econômica, respaldada em presença político-militar, que se concretiza através do binômio estratégico forças móveis posições de apoio, características inerentes ao conjugado Marinha/Força Aérea.

No quadro geopolítico do Índico, como são perceptíveis as projeções de poder das potências extra-regionais?

Estados Unidos, Inglaterra e França têm presença político-econômica na Arábia Saudita, Emirados Árabes, Somália, Quênia, África do Sul, Paquistão, Austrália, Tailândia e Singapura e desdobram forças móveis, utilizando pontos de apoio e/ou facilidades em Djibuti, Berbera, Mombasa, Simonstown, Ilhas Maiote e Reunião, Diego Garcia, Singapura e Austrália.

A União Soviética, igualmente, tem pre-

sença político-econômica na Etiópia, Iêmen do Sul, Moçambique, Afeganistão e Índia e desdobra forças móveis, utilizando pontos de apoio e/ou facilidades em Dahlak, Aden, Socotra, Seycheles, Madagascar, Maurício e bases da Índia.

Em síntese, desdobramentos estratégico-militares, para atender a crises potenciais em pontos críticos de estrangulamento econômico, no contexto de um equilíbrio de poder entre potências extra-regionais. Diante deste quadro de presença ostensiva das superpotências no Oceano Índico e sua determinação de aí permanecer, é lícito especular sobre o poder regional dos Estados confrontantes e sua capacidade de modificar o "status quo".

Lamentavelmente ele é ilimitado em sua expressão global porque, embora disponha de expressivo componente político-econômico de pressão, falta-lhe o componente político-militar com peso suficiente para modificar o quadro geopolítico local. Daí o apelo ao conceito de Zona de Paz, uma aspiração da maioria dos Estados regionais.

Enquanto este objetivo permanece inatingível, a presença ostensiva das superpotências, o mosaico das alianças entre elas e os Estados confrontantes e as próprias disputas locais alimentam o potencial de instabilidade do Índico.

IV - REPERCUSSÕES PARA O BRASIL DO QUADRO GEOPOLÍTICO DO ÍNDICO

O Brasil, dentre os países pobres ou em desenvolvimento, é o de maior dependência ao petróleo importado. Em consequência, é o mais vulnerável à instabilidade que venha ocorrer nas fontes produtoras. Sabido que a maior parte de nossas importações se origina do Oriente Médio, a potencial instabilidade do Índico é extremamente crítica para o Brasil.

Naquela área, como tivemos oportunidade de realçar, estão presentes antagonismos políticos, ideológicos, econômicos e culturais e as posições se radicalizam com certa facilidade em torno de um detonador comum — a disponibilidade de petróleo. Com vistas ao seu fluxo, montaram-se gigantescas estruturas político-econômico-militares. Do lado capitalista, para assegu-

rar a sobrevivência de um modelo. Do lado oposto, para estrangular o modelo pelo corte de um suprimento que o próprio modelo tornou vital.

No momento, os olhos do mundo estão voltados para o Estreito de Ormuz e o impasse de sua possível obstrução. Se a crise se agravar, haverá sérias conseqüências para o mundo, mas, sem dúvida, catastróficas para o Brasil. Isto nos induz a repensar a nossa dependência de energia importada.

Nossa dívida externa atual foi montada, diretamente, em cerca de 50%, pelos empréstimos para pagar petróleo, a partir de 1974 e para pagar os juros de tais empréstimos que nunca foram pagos, a não ser com novos empréstimos e novos juros. Este quadro revela, de forma nítida, a urgência de substituirmos o petróleo importado por alternativas energéticas válidas, suscetíveis de produção, com êxito, em território metropolitano, pois não faz sentido a dependência do país ao combustível líquido importado, cujo volume está fora de qualquer proporção em relação à capacidade de suporte da economia nacional.

Nesse particular, parece-nos inteiramente válida a tese do Dr. Jaime Rotstein que centra no álcool as nossas esperanças de erradicar a insuportável dependência do Golfo Pérsico. O álcool, não como complemento de um modelo energético que tenha como base o petróleo e, sim, como o centro do modelo no que se refere a combustíveis líquidos para uso em transporte veicular, sendo os demais combustíveis apenas complementares.

Ao longo de nossa exposição, ficou evidente a existência de pré-condições para um atrito russo-americano em termos de países produtores de petróleo, num jogo em que o recuo de qualquer das partes, se não ocorrer, pode levar a um confronto capaz de explodir até por acidente.

Tal situação terá fatalmente transbordamentos, afetando a estabilidade da Europa e do Japão e, de forma especial e incisiva, o Brasil.

Que alternativas estariam disponíveis para contornar tão grave problema? Reduzir nossa dependência de petróleo é solução possível, porém heterodoxa, que passa pelo aproveitamento imediato, em ritmo acelerado, dos recursos da biomassa, os quais nos permitirão evoluir da

economia do petróleo para aquela apoiada em fontes renováveis.

É possível que a instabilidade do quadro geopolítico do Índico, que tanto nos afeta, seja um despertar para a nossa redenção já que, como afirma o Dr. Rotstein "nenhum país pode ser independente, quando o seu coração bate no Golfo Pérsico".

BIBLIOGRAFIA

- ADELPHI PAPERS, Londres, The International Institute for Strategic Studies, n. 157, 158, 159.
- CARVALHO, Delgado de & CASTRO, Therezinha de. Atlas de relações internacionais; Coletânea. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970.
- CASTRO, Therezinha de. Golfo Pérsico - Epicentro Nevralgico. A Defesa Nacional, 1967 (687), Jan./fev. 1980.
- CHALIAND, Gérard & REGEAN, Jean Pierre. Atlas stratégique. Librairie Arthème Fayard, 1983.
- CLINE, Ray. World power trends and US Forcing Policy for de 1980s. Colorado, Westview Press, 1980.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas geográfico. Rio de Janeiro, FENAME, 1983.
- JOURNAL, New Delhi, The Institute for Defence Studies and Analysis, n. 1, jul./set. 1979; n. 3, jan./mar. 1981; n. 4, abr./jun. 1981.
- KOHLI, S. N. Sea power and the Indian ocean. New Delhi, Mc Graw-Hill, 1978.
- ROTSTEIN, Jaime. Soberania e política energética. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- SURVIVAL, Londres, The International Institute for Strategic Studies, mar./abr. 1978; jan./fev. 1980; set./out. 1981.
- TOUSSAINT, Auguste. Histoire de l'ocean Indien. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.